

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUARIA E
CONTABILIDADE
CETREDE - CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO
CURSO DE ESTRATÉGIA E GESTÃO EMPRESARIAL

EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO
DURANTE O PERÍODO DE 1984-2004

LILIANA SALES DA SILVA BEZERRA

FORTALEZA, FEVEREIRO, 2006

**EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO
DURANTE O PERÍODO DE 1984-2004**

LILIANA SALES DA SILVA BEZERRA

ORIENTADOR: LAURO CHAVES NETO, M.S.

**Monografia apresentada à faculdade de
Economia, Administração, Atuaria e
Contabilidade e ao CETREDE, para obtenção
do título de Especialista em Estratégia e
Gestão Empresarial.**

**FORTALEZA – CE
2006**

Esta monografia foi submetida á Coordenação do Curso de Estratégia e Gestão Empresarial, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Estratégia e Gestão Empresarial, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que seja de conformidade com as normas da ética científica.

LILIANA SALES DA SILVA

Prof. Lauro Chaves Neto M.S.
Prof. Orientador

Nota

Monografia aprovada em 01 de fevereiro de 2006.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e pela luz e força que tem me dado para vencer.

Aos meus familiares, pelas horas de convívio abdicadas em favor da minha formação.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

Agradeço também em exclusividade ao Prof^o Lauro Chaves pela orientação deste trabalho.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	i
SUMÁRIO	ii
LISTA DE TABELAS	iii
RESUMO	iv
INTRODUÇÃO	01
1. A GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA	04
1.1 Aspectos históricos: contexto para o surgimento	04
1.2 Conceito e características	05
1.3 A Globalização: a mundialização do capitalismo	06
1.4 Contexto da globalização.....	10
2. TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS DA ECONOMIA BRASILEIRA NOS ANOS 80 e 90	17
2.1 Aspectos Preliminares	17
2.2 Abertura Comercial	18
2.3 Reestruturação Industrial	20
2.4 Privatizações	21
2.5 Criação e Consolidação do Mercosul	23
2.6 Estabilização Monetária	25
3. IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO	31
3.1 O trabalho em Tempo Parcial	31
3.2 O Emprego por Tempo Determinado	32
3.3 O Desemprego	32
3.4 Flexibilização do Trabalho	33
3.5 Situação dos Sindicatos na era da Mundialização	36
3.6 Tempo de Trabalho	37
3.7 O Mercado de Trabalho e a Geração de Empregos na Última Década	39
3.8 Análise do Tema no Contexto do Censo 2000	41
CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - BRASIL - ALÍQUOTAS NOMINAIS DE IMPORTAÇÃO - 1988-2001	18
TABELA 2 - BRASIL - PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS - 1993-2001	26
TABELA 3 - PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) TOTAL E PER CAPITA - PAÍSES SELECIONADOS – 2000	29

RESUMO

Esta monografia trata dos efeitos da globalização no mercado de trabalho brasileiro durante o período de 1984-2004. Muitas análises abordam o problema aqui discutido de forma determinística, como é o caso da discussão que se faz a respeito do progresso tecnológico X emprego. Sendo assim, procura-se analisar tal cenário como resultado de um conjunto de fatores: basicamente a diminuição das taxas de crescimento econômico, incremento tecnológico, as mudanças organizacionais e também a ideologia neoliberal. Por outro lado, a análise dos dois períodos procurou mostrar que houve um processo histórico dentro de condições econômicas, políticas e sociais específicas. Do estudo realizado concluiu-se que, a sociedade se encontra diante de situações aceleradas de transformações nas relações políticas, sociais e econômicas. A abertura do comércio aos países da América do Sul, através do Mercosul e a evolução da tecnologia no Brasil, afetaram tanto às empresas em seu processo produtivo quanto organizacional. Esses fatos estão evidenciados na busca de instrumentos técnicos capazes de responder às necessidades das empresas com a finalidade de encontrarem o equilíbrio entre a produtividade e o relacionamento com os empregados. Quanto à metodologia utilizada, tem-se um estudo exploratório de cunho bibliográfico e qualitativo. Concluiu-se do trabalho que, este cenário é atribuído por um único fator ou se tem um conjunto de determinantes que conformam um contexto histórico particular.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo identificar a situação da economia brasileira diante dos efeitos da globalização no mercado de trabalho durante os anos de 1984-2004, quais os fatores que caracterizam o desemprego e precarização das condições do trabalho que vem se intensificando nas últimas décadas.

Identifica-se nos estudos sobre o emprego na economia globalizada, o fenômeno de integração das economias como o principal responsável pelo crescimento da pobreza, do desemprego e dos postos de trabalho precários no Brasil.

A reestruturação produtiva concentra cada vez mais os postos de trabalho de melhor qualidade e remuneração nos países de origem das grandes corporações transnacionais, deixando assim os postos de trabalho menos complexos para os países periféricos.

A questão do desemprego brasileiro está ligada ao jogo de forças do mercado, que faz com que a economia mundial evolua de forma desigual; por esse motivo a capacidade de absorver mão de obra em diferentes países não depende somente do grau de expansão das economias nacionais, mas também de como estão inseridas na economia mundial.

O Brasil, após um longo período de dinamismo econômico, entrou em processo de recessão; essa inflexão marca a ruptura com um período em que o país apresentava participação relativa na economia mundial crescente, o que refletiu na queda da renda nacional e da per capita. Diminuindo assim os postos de trabalho e havendo também uma substituição de mão de obra especializada por não especializada.

Os anos 90 foram marcados pelo aumento tanto da dívida externa como da dependência tanto financeira como tecnológica, o que acabou levando o país à condição de deficitário na troca de bens.

O nível de empregos industriais na nova economia no Brasil é baixo, mas de forma diferenciada das demais o setor de serviços vem aumentando no país.

Enfim, as maiores ofertas de emprego no Brasil são caracterizados por terem baixos salários, não requerem mão de obra especializada e os maiores índices de desemprego estão nesta facha de trabalhadores com nível superior.

Portanto, o momento atual nos remete a um novo padrão de submissão do trabalho à lógica do capital, que é mais do que nunca globalizada e isenta de controles, com poderes para submeter as políticas econômicas dos Estados nacionais e o nível de emprego às suas prioridades e condições de funcionamento. Os meios utilizados para esta supremacia do capital é um ambiente composto de uma onda de desregulamentação dos mercados financeiros, de trabalho e de comércio.

As conseqüências desta forma de reprodução do capital são as altas taxas de desemprego, flexibilização do trabalho, aparecimento de empregos atípicos – o que torna o mercado de trabalho mais heterogêneo -, assim como uma insegurança generalizada daqueles que estão dentro ou fora do mercado de trabalho. Por outro lado, podemos perceber nas últimas décadas, uma desaceleração das taxas de crescimento das principais economias avançadas, uma nova forma de competição das empresas produtivas e comerciais (em contexto de mercados abertos) que se expressam através da reestruturação produtiva, com novos incrementos tecnológicos, organizacionais e investimentos financeiros.

O que se tem é um capital cada vez mais “*mundial*”, com grande capacidade de mobilidade, ao lado de mercados de trabalho sob domínio dos Estados que, em nome da inserção no mercado mundial, da concorrência e sobrevivência de sua capacidade produtiva, conduzem seus esforços para atração de capitais e empresas que vêm permitindo modificações nas condições de trabalho.

Sendo assim, para maior compreensão desta discrepância entre capital domesticado e capital descontrolado, dividiu-se o trabalho em três capítulos.

O primeiro aborda a globalização da economia.

O segundo enfoca as transformações estruturais da economia brasileira nos anos 80 e 90.

O terceiro expõe os impactos da globalização no mercado de trabalho brasileiro.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho exploratória e qualitativa.

1. A GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA

1.1 Aspectos históricos: contexto para o surgimento

Na época da guerra fria (1945-1949), o cenário mundial estruturava-se em torno das grandes potências termonucleares. O Ocidente organizava-se em torno da hegemonia dos Estados Unidos, cuja liderança militar formava par com o seu poderio econômico.

A URSS, situada no leste europeu, era considerada como "*segundo mundo*" porque conseguiu colocar em prática a ideologia política socialista de ascensão do proletariado ao poder, no final da segunda década do século passado, cuidou de aprimorar em muito o seu poderio militar.

Com isso apresentava a contra-face aos E.U.A na chamada "*guerra fria*" com a real possibilidade de enfrentamento militar, em vista do enfrentamento político-ideológico já existente, com riscos de até sumirem vastas áreas do planeta.

O fim da guerra fria modificou a situação político-militar mundial. A dissolução do bloco soviético (URSS), simbolizada pela queda do muro de Berlim, em 1989, significou uma vitória da superpotência norte americana e descortinou novas perspectivas que prefiguram o nascimento desse século.

“Apesar dos seus defensores justificarem não ter o referido modelo correspondido à proposta teórica de Marx, em verdade a experiência deu-se com técnicas e recursos políticos de cunho extremamente autoritários, que impossibilitou as trocas necessárias ao seu avanço e desenvolvimento. As condições dos países soviéticos hoje se encontram lamentáveis. Torna-se amplamente hegemônica a ideologia dos países do primeiro mundo, fundado no liberalismo econômico, sob o domínio da classe patronal, ora representado pela corrente neoliberal” (CORDEIRO, 2000, p. 26).

Todavia, no campo da neoliberal, ao invés de uma economia setORIZADA e/ou nacional, tem-se esta economia transnacional e/ou globalizada; ao invés de um modelo fordista, tem-se o toyotista; no campo do Direito, ao invés da produção estatal da legislação, tem-se a proposição da sua produção pela via negocial; é proposta a substituição do *princípio da*

irrenunciabilidade que leva à indisponibilidade dos direitos trabalhistas pelo princípio da flexibilização, apenas apontando algumas das diferenças.

CORDEIRO (2000, p. 30) lista as cinco principais causas da globalização:

“o progresso tecnológico da informática e das telecomunicações; o aumento do déficit público dos países desenvolvidos; a alteração do perfil populacional; a modernização e o barateamento dos transportes intercontinentais. Este é o contexto que vai propiciar estrutura e condições ideais para o surgimento e do processo de consolidação do fenômeno da mundialização dos mercados (como gostam de chamá-lo os franceses) ou da globalização da economia (uma terminologia de cunho mais saxão, bastante difundida pelos americanos do norte e pelos ingleses)”.

1.2 Conceito e características

O que se conhece como globalização, é um processo definido como de natureza não ideológica, que se baseia mais na independência econômica e cultural interblocos.

As modificações operadas pela globalização excedem ao simples aumento dos relacionamentos comerciais e de investimento e atinge os pilares e fundamentos da organização social, política e econômica. E, para entender o conceito de globalização, implica em antes vislumbrar a existência de duas correntes: a dos arautos e a dos céticos. Enquanto os primeiros vêm no fluxo abundante de capitais internacionais uma forma de redenção da humanidade, pois, a não intervenção estatal permite a plena liberdade de atuação nos mercados, os últimos são pessimistas quanto à mudança de feição da sociedade mundial, preconizando que a sua ocorrência é extremamente maléfica para a humanidade, dada a exclusão dos países periféricos.

O poder mundial tende a se concentrar em macro áreas do hemisfério norte que aglutinam a riqueza e a capacidade de inovação tecnológica. A estrutura do poder mundial em rearranjo apresenta a economia mundial em processo de globalização.

A partilha do mercado mundial envolve as estratégias das grandes corporações econômicas, as ações dos blocos econômicos e as políticas externas dos Estados. Alguns

autores contextualizam o processo de globalização na década do 80, como algo novo, prenunciador da aproximação de um novo século.

Em ALCOFORADO (1977, p. 30):

“a globalização se caracteriza pela explosão e aceleração de fluxos de toda ordem: mercadorias, serviços, informações, imagens, moda, idéias, valores, tudo aquilo que o homem inventa e produz, no momento em que o homem se encontra enraizado em uma terra e seja levado pelo frenesi do deslocamento, para outra”.

CORDEIRO (2000, p. 37) aponta apenas um efeito principal do processo de globalização, o Declínio do Modelo Tradicional de Estado Soberano.

“Dele decorrem os efeitos secundários, que são: Acirramento da concorrência internacional; Aumento dos processos de acumulação e das desigualdades regionais; Alteração do perfil das relações de trabalho; Diminuição do intervencionismo estatal e da adoção de idéias neoliberais; Declínio do ideal democrático clássico e tendência para o autoritarismo; Acirramento dos processos de exclusão social; Desemprego estrutural e queda dos salários reais; agravamento dos ecológicos e Ocidentalização do mundo através da cultura americana”.

1.3 A Globalização: a mundialização do capitalismo

Fatos históricos marcantes ocorridos entre o final da década de 1980 e o início da de 1990 determinaram um processo de rápidas mudanças políticas e econômicas no mundo:

- A queda do Muro de Berlim em 1989;

- Fim da Guerra Fria;

- Fim do socialismo real;

- A desintegração da União Soviética, em dezembro de 1991, e seu desdobramento em novos Estados Soberanos (Ucrânia, Rússia, Lituânia etc.);

- A explosão étnica ou das nacionalidades em vários lugares, acompanhada da guerra civil: antiga Iugoslávia, Geórgia, Chechênia etc.;
- Fim da política do *apartheid* e a eleição de Nelson Mandela para presidente, na África do Sul;
- Acordo de paz entre Israel, OLP (Organização para Libertação da Palestina) e Jordânia;
- A formação de blocos econômicos regionais (União Européia, Nafta, Mercosul, etc.);
- Grande crescimento econômico de alguns países asiáticos (Japão, Taiwan, China, Hong Kong, Cingapura;
- Fortalecimento do capitalismo em sua atual forma, ou seja, o neoliberalismo;
- Grande desenvolvimento científico e tecnológico ou Terceira Revolução Industrial ou Tecnológica.

Até praticamente 1989, ano da queda do Muro de Berlim, o mundo vivia no clima da Guerra Fria. De um lado, havia o bloco de países capitalista, comandados pelos Estados Unidos, de outro, o de países socialistas, liderado pela ex-União Soviética, configurando uma ordem mundial bipolar ou um sistema de polaridades definidas.

“As reformas iniciadas por Gorbachev, na ex-União Soviética, em 1985, através da Perestroika e da glasnost, foram pouco a pouco minando o socialismo real e, conseqüentemente, essa ordem mundial bipolar. A queda do Muro de Berlim, com a reunificação da Alemanha, a eleição de Lech Walesa (líder do partido Solidariedade) para a presidência da Polônia, em 1990, que representou o término do domínio absoluto do Partido Operário Unificado Polonês sobre a sociedade polonesa, e muitos outros acontecimentos do Leste Europeu alteraram profundamente o sistema de forças até então existente no mundo” (IANNI, 1996, p. 11).

De um sistema de polaridades definidas passou-se, então, para um sistema de polaridades indefinidas ou para a multipolarização econômica do mundo do confronto

ideológico (capitalismo versus socialismo real) passou-se para a disputa econômica entre países e blocos de países.

O beneficiário dessa mudança foi o sistema capitalista, que pôde expandir-se praticamente hegemônico na organização da vida social em todas as suas esferas (política, econômica e cultural). Assim, o capitalismo mundializou-se, globalizou-se e universalizou-se, invadiu os espaços geográficos que até então se encontravam sob o regime de economia centralmente planejada ou nos quais ainda se pensava poder viver a experiência socialista.

Porém, a globalização não é um acontecimento recente. Ela se iniciou já nos séculos XV e XVI, com a expansão marítimo-comercial européia, conseqüentemente a do próprio capitalismo e continuou nos séculos seguintes. O que diferencia aquela globalização ou mundialização da atual é a velocidade e abrangência de seu processo, muito maior hoje. Mas o que chama a atenção na atual é, sobretudo o fato de generalizar-se em vista da falência do socialismo real. De repente, o mundo tornou-se capitalista e globalizado.

As características da globalização podem ser assim resumidas:

- Internacionalização da produção;
- Internacionalização ou globalização das finanças;
- Alteração na divisão internacional do trabalho, ou, antes, criação de uma nova divisão de trabalho dentro das próprias empresas transnacionais, e que a distribuição das funções produtivas não se encontra mais concentrada num único país, mas espalhadas por vários países e continentes;
- Grande movimento migratório do hemisfério sul para o norte;
- A questão ambiental e a sua importância nas discussões internacionais;
- O Estado passa de protetor das economias nacionais e provedor do bem-estar social, a adaptar-se à economia mundial ou às transformações do mundo que ela própria e a exaltação do livre mercado provocam;

Nesse quadro de globalização, hoje, as empresas transnacionais:

- Atuam em vários países ao mesmo tempo;
- Compram a melhor matéria-prima com menor preço em qualquer lugar do mundo;
- Instalam-se onde os governos oferecem mais vantagens (terrenos, infra-estrutura, isenção ou redução de impostos etc.) e a mão-de-obra é mais barata;
- Com um eficiente sistema de distribuição, enviam seus produtos para todos os cantos do mundo;
- Fazem uma intensa publicidade, convencendo-nos da necessidade de adquiri-los, criando necessidade humanas inimagináveis, num mundo que não foram resolvidas questões básicas de sobrevivência de centenas seres humanos (fome, emprego, moradia, educação, saúde etc.);
- Têm um faturamento gigantesco, que chega a ser superior à soma do PIB de vários países.

Na atual fase histórica de predominância do sistema capitalista, vem ocorrendo a fusão de grandes empresas com ampliada concentração do poder político-econômico e aumento de sua influência cultural. Junto com os fundos de pensão, fundos mútuos de investimento e outras instituições similares, essas grandes empresas, com sede em países desenvolvidos, operam financeiramente no mundo inteiro.

“A flexibilidade de negociação dessas empresas em vários espaços geográficos ao mesmo tempo aumentou com a revolução científica da eletrônica. A informática, o fax, a tevê a cabo e a Internet romperam as distâncias na comunicação; os lugares mais longínquos tornaram-se muito próximos e o simples apertar de uma tecla de computador pelos experts em mercado financeiro transfere milhões de dólares da bolsa de valores de um país para outro. Os denominados capitais de curto prazo ou voláteis fazem a especulação financeira onde bem desejam. Se o mercado é propício aos investimentos, lá vai o capital especulativo para o que chamam de mercado emergente, com uma rapidez nunca vista” (SILVA, 1991, p. 83).

A globalização da economia exige das empresas nacionais um esforço para se adaptarem à nova realidade mundial, com métodos cada vez mais apurados de administração empresarial, controle eficaz do capital financeiro, novas tecnologias, baixos custos de produção, mão-de-obra altamente qualificada etc., requisitos que elas nem sempre são capazes de possuir.

No mundo globalizado, a competitividade entre as empresas tornou-se uma questão de sobrevivência. Entretanto, como o poder das empresas é desigual, surgem relações desiguais entre elas e o mercado. Algumas sairão vitoriosas e outras fracassadas. Muitos setores da economia estão oligopolizados e até mesmo monopolizados, dificultando a entrada de novos competidores. Desse modo, a noção de livre mercado é relativa. A globalização da economia e das finanças beneficia, assim, amplamente o grande capital, as grandes corporações transnacionais.

Inserido nessa nova conjuntura, nessa nova ordem econômica, o Brasil fez a abertura econômica para o exterior, tem aplicado a política de privatizações e empenha-se em desregulamentar sua economia, oferecendo vantagens às transnacionais para que aqui se instalem.

“Em alguns seguimentos da economia, como as indústrias farmacêuticas, da borracha, do fumo e a automobilística, existe um domínio absoluto das transnacionais. Cerca de 44% do total das exportações de manufaturados brasileiros são das transnacionais. Somos uma das economias mais internacionalizadas do mundo e caminhamos a passos largos para que essa característica se acentue, em vista do processo de globalização que estamos vivendo” (SILVA, 1991, p. 87).

1.4 Contexto da globalização

Com a globalização, os mercados nacionais tornaram-se cada vez mais similares, especialmente nos países industrializados, e particularmente para produtos intermediários. As empresas têm sido capazes de expandir sua presença em mercados globais, e simultaneamente, atingir economias de escala, como resultado de métodos de manufaturas e distribuição mais flexíveis e melhorias nas tecnologias de comunicações e transportes.

Conhecimentos tecnológicos e de produção avançados não pertencem mais exclusivamente a grandes multinacionais.

Com a difusão da capacidade tecnológica, as empresas multinacionais precisam melhorar sua habilidade de lidar com múltiplas fontes de tecnologia localizada em vários países. Devem também ser capazes de absorver rapidamente e comercializar efetivamente novas tecnologias.

A necessidade de ter acesso a componentes tecnológicos para seus produtos força as empresas a desenvolverem relacionamentos próximos com fornecedores estrangeiros dominantes em determinadas áreas de produtos e tecnologia.

A globalização influi muito no turismo, pois ela trouxe o avanço tecnológico para os países, que facilita e agiliza as negociações para as agências de turismo. A informação na agência de turismo é preponderante, pois seu negócio não se resume apenas em vender viagens, passagens, hospedagem ou pacotes turísticos, e sim divulgar a informação, que antes deve ter sido coletada e devidamente tratada (CARRION e VIZENTINI, 1997).

Também com o avanço tecnológico, tem-se meios de transportes com mais rapidez, conforto e segurança entre as viagens.

A globalização trouxe também, as multinacionais dispostas a implantar seus empreendimentos, para atrair turistas e gerar empregos.

Outro ponto da globalização que tem influenciado o turismo, são as franquias de padrões internacionais, como as grandes redes de hotéis e *fast foods*.

As crises financeiras que foram efeitos da globalização prejudicaram o turismo em termos de viagens e investimentos turísticos.

A nova moeda européia, o Euro, abriu novas portas para o turismo, pois a adoção de uma única moeda, é uma prova de que cada vez mais os Estados adotam políticas para a integração entre os países (CARRION e VIZENTINI, 1997).

A integração entre os países faz com que as pessoas, sintam mais vontade de conhecer diferentes culturas e costumes de um país, tudo isto é efeito da globalização.

“No Brasil alguns fatores da globalização, merecem destaques e podem ser a principal causa do crescimento dos investimentos nessa atividade nos últimos anos, tais como: a estabilidade da moeda nacional (queda da inflação a partir do Plano Real), ajuste fiscal e monetário do Governo, o fortalecimento da Embratur, a melhoria da infra – estrutura associada ao saneamento básico, à modernização dos aeroportos, o incremento do debate sobre a importância do aproveitamento dos recursos naturais e do patrimônio histórico-cultural, o processo de capacitação e de formação de mão-de-obra especializada para os diversos segmentos da atividade, o aperfeiçoamento do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros” (KENNEDY, 1999, p. 67).

A globalização aliada ao avanço tecnológico das comunicações vem ao encontro de um maior consumo associado a descobertas de novos lugares, de aberturas das fronteiras, de fortalecimento das Instituições como a ONU a as ONG's, um maior fluxo de capitais internacionais disponíveis para investimentos.

Veja-se a seguir os fatores da globalização, conforme a demanda turística em 5 grupos (KENNEDY, 1999, p. 67):

- Tarifas aéreas e pacotes das operadoras de Turismo;
- Impacto das tendências demográficas e novas motivações para viagens;
- Mais chances criadas pelos "*promotores de feriados*", com novos tipos de férias/ produtos;
- Novas destinações emergentes em vários países e continentes;
- O desenvolvimento rápido de tecnologia da informática, que possibilita as redes de difusão entre operadoras, agências aéreas, hotéis e o turista.

A globalização é um ponto muito forte para o turismo, pois ela abra novos horizontes. Mas não podemos permitir que ela acabe com as características culturais dos lugares e produtos turísticos, pois esse é o fator principal do deslocamento de turistas.

O fenômeno da globalização é, portanto, resultado de um processo natural de evolução, assim turismo e globalização, caminham juntos, ao tempo todo.

No século que antecedeu a 1ª Grande Guerra as transformações tecnológicas e a política econômica impulsionaram significativamente a globalização, com resultados desiguais e desequilibrados em termos de distribuição do rendimento. A 1ª Grande Guerra, fragmentando a economia internacional, interrompeu o processo de globalização por mais de uma geração porque as tentativas do após-guerra para a restaurar terminaram desastrosamente em depressão, autarquia e nova guerra. A globalização viria, no entanto a emergir de novo como tendência e, desde então, a convergência a nível dos preços parece ter tido algum sucesso que não se registrou a nível dos rendimentos.

“Por várias razões, o impacto da globalização foi predominantemente assimétrico. A produção em massa adaptada pela economia americana e muito replicada noutros quadrantes havia de impulsionar mais a globalização; e a integração dos processos produtivos havia de gerar as grandes “corporações” levando-as a assumirem-se como multinacionais” (ANDERSON, 1999, p. 45).

Neste contexto, pode dizer-se que a globalização se confronta hoje com alguma oposição; mas tem apoios convictos, havendo quem afirme que tentar evitá-la é como tentar evitar o movimento da terra. A oposição mais viva vem, naturalmente, dos setores mais “*fundamentalistas*”.

Será possível que os objetivos da globalização ultrapassem os meros desejos de crescimento? Será possível impor o desenvolvimento ao crescimento, deixando a este o papel de instrumento, nunca o de objetivo? Será racional abdicar do exercício da regulação?

O conceito de desenvolvimento envolve dimensões que transcendem a econômica: a liberdade, a justiça, o equilíbrio, a harmonia são-lhe inerentes, de tal modo que não pode considerar-se desenvolvida a sociedade, por mais rica em termos médios e materiais, onde a

opressão e as desigualdades se instalaram, onde o bem-estar de alguns acontece à custa da pobreza de outros.

A atividade mais sensata para o Brasil é administrar competentemente a inserção na economia globalizada do futuro. E dentro da OMC (Organização Mundial do Comércio), continuar lutando contra “*assimetrias*” e “*hipocrisias*”. A assimetria é a insistência dos países globalizados em ampliar a liberação de serviços e regras de proteção de seus investimentos, sem a contrapartida da liberalização de importações, por exemplo, as agrícolas. A hipocrisia é tornar mandatórias no comércio internacional, algumas cláusulas sociais como as que ignoram diferenças de produtividade da mão-de-obra (ANDERSON, 1999).

“Acredito que a melhor maneira de enfrentar tais desafios é encarar de frente todas as controvérsias a respeito da globalização, de maneira que quando levantarmos uma questão, tenhamos a capacidade de indicar também a direção das respostas necessárias, e não nos esgueirar por entre frestas de discursos, muitas vezes demagogos” (BENAYON, 1998, p. 78).

Trazendo a discussão para a esfera local, percebe-se que as idéias podem apontar na mesma direção, realizando-se os devidos ajustes locais. Não se deve rotular a globalização como boa ou ruim para o Brasil.

“Vejo como necessária para o desenvolvimento de um Estado e de um processo de integração, sem o qual, correremos o risco de ficar marginais ao contexto. O grau de absorção da globalização e de todas as suas implicações positivas e negativas, é que deve ser aferido idônea e constantemente para evitar que percamos o ponto de vista externo e não possamos mais vislumbrar as oportunidades, ameaças e desafios que a globalização nos apresenta” (BENAYON, 1998, p. 81).

Ainda que os processos de globalização e modernização desenvolvam-se simultânea e reciprocamente pelo mundo afora, também produzem desenvolvimentos sociais desiguais, descontraídos, contraditórios. No mesmo curso da integração e homogeneização, desenvolve-se a fragmentação e a contradição. Ao encontrar outras formas sociais de vida e trabalho, compreendendo culturas e civilizações, logo se constituem as mais surpreendentes diversidades. Tanto podem reavivar-se as formas locais, nacionais ou regionais, como podem ocorrer desenvolvimentos inesperados de ocidentalidade, capitalismo, racionalidade.

Assim se formam, para BENAYON (1998, p. 64):

“as hegemonias de alcance mundial, os projetos de gestão dos problemas e orientações de âmbito mundial. Hegemônica é toda imagem da realidade, toda visão do mundo, que expressa os interesses dos que detêm os meios de mando, ou dominação e apropriação, mas simultaneamente contempla, isto é, leva em conta os interesses de setores sociais subordinados ou subalternos. Codifica a organização e a dinâmica da realidade, as condições e as possibilidades de uns e outros, de tal modo que o mundo parece conformar-se com a imagem e visão dele próprio que se expressa no projeto de gestão de problemas, na direção do todo e das partes, na orientação e reorientação do curso dos acontecimentos, reivindicações e movimentos”.

Ainda segundo o autor acima citado, (1998, 67), na época da Guerra Fria, já em pleno processo de globalização, a mídia construía uma visão de mundo bipolarizada, maniqueísta:

“O capitalismo e o socialismo eram contrapostos, em termos de “mundo livre e mundo totalitário”, “democracia e comunismo”, “sociedade aberta e sociedade fechada”, “reino do bem e reino do mal”. Depois, a partir de 1989, quando a mídia impressa e eletrônica globalizada invade ainda mais todas as esferas da vida social, em todo o mundo, o que prevalece é a idéia de “nova ordem econômica mundial”. É assim que a metáfora da “mão invisível”, idealizada pelo liberalismo clássico nos horizontes do Estado-nação, ressurge idealizada pelo neoliberalismo nos horizontes da globalização. Aos poucos, as produções e reproduções da cultura de massa em escala mundial criam a ilusão de uma universalização das condições e possibilidades do mercado e da democracia, do capital e da cidadania”.

O processo da globalização está evoluindo rapidamente e é difícil detê-lo. A globalização econômica está decependo empregos também em escala global e num ritmo igualmente veloz.

“Para conseguir preços melhores e qualidade de mais alta tecnologia em sua guerra contra os concorrentes, as empresas cortam custos, isto é, empregos, e aumentam muito seus índices de automação, liquidando mais postos de trabalho. A isso deu-se o nome de desemprego estrutural, sendo um processo cruel, pois as fábricas robotizadas não precisam mais de tantos operários e os escritórios informatizados podem dispensar a maioria de seus datilógrafos, contadores, gerentes. Os operários estão sendo substituídos por robôs, que são orientados por computadores. Mas isto também tem seu lado negativo, pois se forem cortados muitos funcionários e as pessoas não tiveram renda, as

empresas não terão para quem vender seus carros reluzentes e computadores multimídia” (ORTIZ, 1996, p. 77).

O desemprego é o preço que o Brasil paga no processo de globalização.

Outro efeito da globalização é o aumento do volume de empréstimos internacionais de longo e médio prazo feitos pelo capital privado. Além disso, há também um dinheiro volátil que gira em vários mercados financeiros e impulsiona negócios, porém só estaciona nos países estáveis.

Os governos vendem usinas, estradas e serviços porque não têm dinheiro para bancar investimentos nestas áreas, já o setor privado tem.

As grandes empresas tem grande parte de seus prédios, máquinas e laboratórios, e mais da metade de seus funcionários em unidades fora de seu país de origem. No passado, quem tomava as grandes decisões econômicas eram os governos, agora são as empresas.

“Outro efeito da globalização pode ser visto se lembrarmos que há algumas décadas o consumidor comprava produtos nacionais e hoje ele compra não um produto estrangeiro, mas sim um produto sem pátria. O que está acontecendo é a formação de uma civilização transnacional, alimentada pela exposição à tecnologia e pelas mesmas fontes de informações” (ORTIZ, 1996, p. 83).

O ponto ruim é que os governos não conseguem mais deter os movimentos do capital internacional, e estão perdendo a capacidade de proteger o emprego e a renda das pessoas, além de uma perda de controle sobre a produção e comercialização de tecnologia. A origem da tecnologia, da matéria-prima e do trabalho não tem a menor importância, desde que seu custo seja baixo e sua qualidade seja alta.

Ainda que a forma pela qual está ocorrendo a globalização do capitalismo leve consigo estas tendências, é inegável que as mais diversas modalidades de organizar a vida e o trabalho, as heranças e as tradições, as façanhas e as derrotas, ou os trabalhos e os dias, continuarão a produzir e desenvolver as diferenças e as diversidades.

2. TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS DA ECONOMIA BRASILEIRA NOS ANOS 80 e 90

2.1 Aspectos Preliminares

A economia brasileira experimentou relevantes mudanças estruturais nos anos 80 e 90, geradas por um primeiro ciclo de reformas institucionais que englobou a reestruturação do sistema financeiro, a flexibilização de alguns monopólios, a desregulamentação dos mercados e a fixação de normas para as concessões dos serviços públicos.

Os anos 90 foram marcados também pela recuperação da economia em face da estabilização da inflação pós-1994, dentro da nova moldura globalizada, ditada pelo rearranjo produtivo e financeiro do capitalismo em escala planetária.

Mais precisamente, houve no país a aplicação plena das recomendações definidas pelo “*Consenso de Washington*”, no final da década de 80, que englobava um repertório de medidas liberais – e outras prescrições de ajustes estruturais – sugerido às nações em desenvolvimento pela cúpula de algumas instituições multilaterais vinculadas a Washington, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

As recomendações propostas resultaram de um encontro organizado na capital dos EUA, em novembro de 1989, pelo *Institute for International Economics*.

As recomendações principais podem ser traduzidas na abertura econômica e nas reformas comerciais e no programa de privatizações.

De acordo com a argumentação desenvolvida por CANUTO (1994, p. 44):

"Chile e Argentina exercitaram tal programa nos anos 70, recuaram parcialmente no início dos anos 80 retomando-o, porém, na segunda metade desta década. O México aderiu em 1985-86 e o Brasil no início dos anos 90".

Em linhas gerais, as grandes transformações econômicas do Brasil dos anos 80 e 90 foram: a abertura econômica, a reestruturação industrial, as privatizações, a constituição e consolidação do Mercosul e a estabilidade da moeda.

2.2 Abertura Comercial

O aprofundamento do processo de abertura econômica e de reformas comerciais ocorreu via eliminação de barreiras não-tarifárias às compras externas (quantitativas e administrativas) e progressiva redução das alíquotas de importação (tabela 1).

Essa estratégia teve início quase no final da gestão Sarney em 1988, foi mantida na administração Collor e acelerada em 1994, antecipando os acordos fixados no âmbito do Mercosul rumo à adoção da Tarifa Externa Comum (TEC) (POCHMANN, 2000).

TABELA 1 - BRASIL - ALÍQUOTAS NOMINAIS DE IMPORTAÇÃO - 1988-2001

ANO	ALÍQUOTA (%)
1988	41,0
1989	39,5
1990	32,2
1991	25,3
1992	20,8
1993	16,5
1994	13,5
1995	13,0
1996	13,6
1997	13,8
1998	16,7
1999	...
2000	10,7
2001 (1)	10,0

FONTE: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Turismo.

O prosseguimento da marcha de redução das barreiras tarifárias às importações e de maior exposição à competição internacional, em linha com os requisitos definidos pelos movimentos pró-abertura capitaneados pela Organização Mundial do Comércio (OMC), depende do alcance da estabilidade macroeconômica, de uma sólida modernização estrutural

do setor privado e da diminuição das barreiras não-tarifárias erguidas pelos Estados Unidos e pela União Européia.

É certo que a abertura gerou uma grande reestruturação industrial no Brasil. Porém, provocou enormes prejuízos ao país.

Houve inclusive a troca de produção doméstica por importações, mesmo em segmentos com capacidade competitiva, afetando o funcionamento de diversos ramos de atividades internos, implicando no fechamento de plantas e no aumento do desemprego.

“Evidentemente, a questão do desemprego é mais complexa. Conforme estatísticas do IBGE, a taxa de desemprego subiu de 4,6% da população economicamente ativa (PEA) em 1995 (5,2% entre 1991 e 1994) para 7,1% no período 1998-2001. Essa impulsão pode ser explicada pelo agrupamento de fatores estruturais e conjunturais, resumidos na elevada produtividade industrial e no reduzido dinamismo da economia” (POCHMANN, 2000, p. 28).

Em outros termos, ao contrário dos anos 80, quando o desemprego apresentou comportamento mais moderado (5,2% da PEA, sendo 3,7% na segunda metade), na década de 90, a ausência de oportunidades de trabalho transformou-se no grande problema do país, por conta da sustentação da estabilidade monetária em juros altos e câmbio baixo – inibindo a demanda e os investimentos – e da modernização tecnológica e gerencial implícita no choque de eficiência do setor privado industrial, resultando no fechamento de postos e na redução da demanda por mão-de-obra, não compensados pela abertura de vagas no setor terciário.

POCHMANN (2000, p. 31), argumenta que:

“contrariamente ao que preconizam as políticas governamentais, as soluções para os problemas do mercado de trabalho brasileiro estariam fora do mesmo, requerendo o cumprimento de condições mais abrangentes como crescimento econômico, investimento, gasto público”.

2.3 Reestruturação Industrial

A reestruturação industrial esteve ligada às necessidades de sobrevivência empresarial num ambiente conjunturalmente recessivo, agravado pela liberalização e pela abertura econômica.

“Do ponto de vista conceitual, trata-se do sinal de reestruturação produtiva que assumiu peculiaridades defensivas, sugestivamente análogas à "modernização conservadora", termo utilizado originalmente pelo historiador. Barrington Moore para explicar a estratégia autoritária de desenvolvimento do capitalismo tardio do século XIX, especialmente da Alemanha e do Japão” (REGO e MARQUES, 2000, p. 180).

A consecução dessa modernização obedeceu aos princípios gerais que nortearam as grandes mudanças econômicas verificadas nos países latino-americanos, que priorizavam o tripé formado pelo aprofundamento das privatizações, pela abertura da economia e pela desregulamentação dos mercados. No fundo, esse processo pode ser sintetizado na aplicação plena das recomendações definidas pelo "*Consenso de Washington*".

No final das contas, o abrupto aumento do grau de risco do setor privado à concorrência externa gerou rápidas e pronunciadas alterações de processos e de organização da produção. Especificamente, medidas modernizantes abarcaram a proliferação de iniciativas de reestruturações técnicas, produtivas e gerenciais, na busca de obtenção de maiores níveis de eficiência operacional, produtividade e competitividade, próximos dos paradigmas internacionais.

“O enfoque competitivo passou a constituir diretriz de governo e ser garantido por dois instrumentos oficiais: o Programa de Competitividade Industrial (PCI) e o Programa Brasileiro de Qualidade e Competitividade (PBQP), como variantes do documento Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE) editado em 1990. O braço financeiro daqueles programas era representado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ancorado na estratégia de "Integração Competitiva", definida naquela instituição ainda nos anos 80, priorizando projetos com maior inserção no mercado externo e desvinculados do conceito de competitividade implícito nas diferentes linhas de crédito setoriais disponibilizadas tradicionalmente pelo banco” (REGO e MARQUES, 2000, p. 183).

Ressalte-se que, enquanto no intervalo recessivo observado entre 1981 e 1983 as empresas simplesmente promoveram adequações financeiras e patrimoniais – por meio da redução do endividamento e da compensação da redução dos lucros operacionais por ganhos no mercado financeiro –, no período da recessão e da abertura comercial dos anos 90 a reestruturação privada teve como foco principal a busca de competitividade.

Porém, a pouca precisão e articulação na definição política das estratégias setoriais comprometeu o surgimento de posturas no empresariado, voltadas à busca crescente e agressiva do aprendizado tecnológico e do desenvolvimento da capacidade de inovação, dando lugar a ajustes modernizantes defensivos, especialmente nos segmentos ameaçados pela competição externa, e desatrelados de projetos de ampliação substancial da capacidade produtiva.

Ademais, a estratégia promovida pelo Ministro da Economia Marcílio Marques Moreira, no governo Collor, precipitou o fim do PICE e o abandono das ações institucionais direcionadas à adequação transformadora do aparelho produtivo, com destaque para a priorização da estabilização de preços e da realização das reformas facilitadoras da operação dos mercados, conforme apregoado pela agenda liberal.

2.4 Privatizações

O programa de privatizações, também denominado Programa Nacional de Desestatização (PND), implementado ao longo dos anos 90, exibiu forte conteúdo de internacionalização da economia. Gerido pelo BNDES, o programa passou a compor as reformas econômicas do governo, na perspectiva de reordenação do papel do Estado para deixar de lado suas funções de empresário e passar a exercer as atividades de regulador e fiscalizador, propiciando as condições para a viabilização das inversões privadas.

Funcionalmente, a estratégia consistiu na transferência de empresas estatais à iniciativa privada, nas concessões de serviços públicos e no arrendamento de instalações de infra-estrutura. Seus objetivos básicos foram a diminuição da dívida pública e do Custo Brasil, a recuperação dos investimentos – direcionados particularmente à eliminação dos gargalos em transportes, telecomunicações e energia – e a melhoria da eficiência e competitividade do aparelho produtivo.

“Nos anos 80, as poucas privatizações ocorridas seguiram a orientação de diminuição da participação estatal na órbita produtiva, representando a simples venda de empresas que haviam sido absorvidas pelo Estado em face, fundamentalmente, de problemas financeiros” (DE, 2000, p. 38).

Nos anos 90, enquanto os governos Collor e Itamar priorizaram a transferência de ativos públicos dos segmentos de insumos básicos (siderurgia, fertilizantes e petroquímica), a gestão Fernando Henrique Cardoso (FHC) privilegiou as áreas de transporte, mineração e telecomunicações justamente devido ao atraso acumulado, de uma década e meia, nas inversões em infra-estrutura, ocorrido por uma sucessão de fatores adversos, como a crise financeira internacional e a falência do Estado. A agenda de privatizações representou ainda um componente importante do alicerce fiscal da estabilidade macroeconômica, implantada desde o final de 1993.

“Ainda que tenha representado alteração radical no funcionamento do estado brasileiro e oportunizado avanços tecnológicos na área de telecomunicações e ganhos de competitividade na mineração e siderurgia, o modelo de privatizações apresentou problemas. O próprio governo reconheceu a ocorrência de falhas de comunicação e de marketing, retratadas na ausência de esclarecimentos didáticos à população, na opinião do ex-Ministro do Desenvolvimento Alcides Tápias” (DE, 2000, p. 38).

No entanto, outros três conjuntos de lacunas foram alvo de críticas. O primeiro grupo congregou as insuficiências operacionais, como a não definição de um aparato regulatório prévio de funcionamento dos novos mercados, a transferência do estoque de conhecimentos públicos acumulados pelas estatais para a órbita dos *"segredos privados"*, a utilização dos recursos arrecadados para cobertura dos prejuízos contabilizados com as âncoras monetária e cambial do programa de ajustamento macroeconômico, e a ausência de estímulos à participação de grupos nacionais, exceto daqueles articulados aos fundos de pensão das estatais.

O segundo eixo de equívocos graves esteve relacionado à conceituação de certos programas setoriais. Por exemplo, no caso da privatização dos transportes, os governos, ao permitirem absurdamente a formação de tarifas com base na somatória dos valores de despesas de manutenção, investimentos e pagamento pela concessão, provocaram enorme elevação do custo Brasil.

O terceiro conjunto de erros correspondeu à escolha das moedas a serem adotadas como forma de pagamento dos ativos. Percebeu-se a predominância das moedas podres (em poder dos rentistas do mercado financeiro), no governo Collor, e dos passivos bancários (como os resíduos do Fundo de Compensação das Variações Salariais) na gestão FHC. Se, por um lado, o dinheiro vivo entrante atendeu apenas à cobertura dos prejuízos causados pela dobradinha câmbio baixo e juro alto da política econômica, de outro, ao adotar esse modelo, o país abdicou da resolução definitiva dos problemas atuariais da previdência e das obrigações do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

No entanto, o programa de privatizações integrou objetivos mais abrangentes da condução macroeconômica dos anos 90 que visavam facilitar a internacionalização da economia, por intermédio da transferência de ativos públicos (estatais da área de infraestrutura) e privados nacionais (bancos, supermercados e segmentos de prestação de serviços) para grupos estrangeiros (instituições financeiras e empresas), mediados pela atuação dos fundos de pensão das estatais e facilitados por financiamentos oficiais. Os lucros derivados da operação das atividades objetos de privatização foram drenados para o pagamento das parcelas da aquisição do patrimônio público, em vez de serem direcionados para novos investimentos.

“O setor industrial foi relativamente preservado da internacionalização, exceto aqueles ramos com maior densidade de capital, como informática, telecomunicações e medicamentos, além de autopeças. A predominância do controle nacional se manteve em segmentos intensivos em mão-de-obra e/ou matérias-primas. Em uma palavra, o empresariado nacional mais competitivo atrelou-se cada vez mais à produção de commodities, mercadorias pouco diferenciadas e de baixo valor agregado" (DE, 2000, p. 42).

2.5 Criação e Consolidação do Mercosul

A quarta alteração estrutural expressiva dos anos 90 pode ser sintetizada pela formação e perspectiva de consolidação do Mercosul (Mercado Comum do Sul, formado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai), que representou importante fronteira de expansão de oportunidades de negócios e inversões, apesar do arrefecimento ocorrido em 1999, em razão do aprofundamento da recessão argentina, por conta da instabilidade provocada pela combinação entre a superdesvalorização cambial brasileira e o ciclo eleitoral naquele país.

Esse processo está inserido no aprofundamento da integração comercial externa do Brasil, de acordo com os padrões do "*Novo Regionalismo*", definidos pela globalização e reproduzidos em acordos bilaterais e multilaterais, que começaram a ganhar corpo em fins dos anos 80, por meio da evolução das negociações para a formação de uma área de livre comércio entre Estados Unidos e Canadá (um embrião do Nafta, com a inclusão do México) e a estruturação da União Européia.

“As bases do Mercosul foram lançadas em 26 de março de 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção. Em janeiro de 1995, com o Tratado de Ouro Preto, passou a vigorar a União Aduaneira, cobrindo cerca de 90% do universo de produtos” (ALMEIDA, 1993, p. 51).

Posteriormente, Chile e Bolívia assinaram um acordo de adesão, tornado-os parceiros privilegiados do novo bloco. Embora as situações de instabilidade macroeconômica dos principais parceiros (Brasil e Argentina), ou a insuficiência de condições favoráveis à consolidação da estabilização (câmbio fixo e crises mexicana, asiática, russa, brasileira e argentina), contabilizaram-se grandes avanços nas relações comerciais desde então.

A grande restrição à solidificação da integração está na não ocorrência simultânea de um ajustamento das instituições de apoio, abrindo brechas para posturas unilaterais por ocasião do aparecimento de problemas, tais como o gerenciamento da crise brasileira em 1999, com a desvalorização cambial que atingiu em cheio o mercado latino-americano, especialmente o argentino, grande consumidor de bens de capital produzidos no Brasil.

Como resultado, a Argentina experimentou drástica redução de sua competitividade no comércio global – já combatida pela exaustão de seu potencial de privatizações e de ajuste nas contas públicas, por sua especialização no *agribusiness* e pela reduzida produtividade de seu parque industrial -, limitando a capacidade de recomposição do dinamismo de suas exportações.

“Tal situação desencadeou posições protecionistas, em face da perda de competitividade com a redução gradativa das alíquotas de importação de seu parque industrial, pouco modernizado nos últimos anos. Na prática, observou-se a introdução de barreiras unilaterais à entrada de produtos brasileiros no território argentino, englobando salvaguardas comerciais, aplicação de sobretaxas, exigências de certificações abusivas, dentre outras restrições” (ALMEIDA, 1993, p. 52).

Essas distorções somente serão equacionadas por meio da criação de canais permanentes para a correção da corrente de comércio intrabloco, respaldada pela coordenação e consistência das políticas macroeconômicas e setoriais dos países integrantes. Do contrário, a situação somente se resolveria, conjunturalmente, com choque de produtividade e/ou cambial na Argentina.

Portanto, a busca do estabelecimento de metas convergentes de déficit público e de inflação e a compatibilidade das estratégias cambiais constituem as formas mais adequadas de preservação de uma cooperação surgida com o Programa de Integração Brasil-Argentina, encaminhado pelos governos Sarney e Alfonsín depois da Declaração do Iguazu, em novembro de 1985.

Sem dúvida, o aumento do intercâmbio comercial e dos fluxos de investimentos entre os parceiros deve afetar positivamente a corrente de capitais externos (empréstimo e risco) para o mercado comum.

2.6 Estabilização Monetária

A quinta grande marca transformadora dos anos 90 compreendeu o êxito na implementação de um programa de ajustamento antiinflacionário, a partir de julho 1994, que promoveu a queda da inflação e a desindexação da economia, depois de várias tentativas frustradas de controle da inflação, desde o início dos anos 80.

A estratégia compreendeu a gestação e implantação de um processo de estabilização articulado, conhecido como Plano Real. O Plano, em seu primeiro estágio, ao reduzir drasticamente o imposto inflacionário e neutralizar o componente inercial da formação de preços, alterou o padrão de funcionamento estrutural do sistema econômico. A mudança nos níveis de inflação gerou o ressurgimento do enorme potencial de consumo privado, reprimido durante as fases recessivas e/ou de descontrole da inflação que atingiram o país, e ampliou o planejamento implícito nas decisões privadas.

“O programa de estabilização obedeceu a três fases, começando pelo equilíbrio provisório das contas públicas – com o lançamento do Fundo Social de Emergência (FSE), depois transformado em Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), e do Imposto Provisório sobre

Movimentações Financeiras (IPMF), precursor da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) –, passando à instituição de um indexador-referência para contas e contratos – a Unidade Real de Valor (URV) – e chegando ao lançamento de um padrão monetário com poder aquisitivo estável (o Real) em julho de 1994” (ALVES, 2001, p. 111).

Todavia, a estabilidade do real foi ligada no aprofundamento de uma armadilha de três pontos: câmbio sobrevalorizado (que ocorria desde 1992), juros reais elevados e desequilíbrio das contas públicas.

Como consequência, o país passou a sofrer sucessivos e crescentes déficits comerciais e na conta de serviços, não compensados pela entrada de investimentos diretos estrangeiros. Com isso, houve a deterioração dos passivos externo e interno brasileiro, confirmando uma trajetória delineada desde a segunda metade da década de 70, caracterizada pela dependência irracional do mercado de capitais internacional, diminuindo a velocidade da expansão econômica (tabela 2).

TABELA 2 - BRASIL - PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS - 1993-2001

ANO	PRODUTO INTERNO BRUTO			EXPORTAÇÕES (US\$ BILHÕES)	IMPORTAÇÕES (US\$ BILHÕES)	TAXA DE DESEMPREGO (% DA PEA)
	Em R\$ Bilhões Correntes	Em US\$ Bilhões Correntes	Taxa de Crescimento (%)			
1993	14,1	429,7	4,9	38,6	25,7	5,3
1994	349,2	543,1	5,9	43,5	33,1	5,1
1995	646,2	705,4	4,2	46,5	49,9	4,6
1996	778,9	775,5	2,7	47,8	53,3	5,4
1997	870,7	807,8	3,3	53,0	61,3	5,7
1998	914,2	787,9	0,1	51,1	57,7	7,6
1999	963,9	531,1	0,8	48,0	49,2	7,6
2000	1086,7	594,2	4,4	55,1	55,7	7,1
2001	1184,8	503,9	1,5	58,2	55,6	6,2

FONTE: Banco Central, IBGE.

Em outros termos, nos anos 70 a participação plena do Brasil na reciclagem dos petrodólares pelo sistema financeiro internacional, constituiu o estopim da crise da dívida externa da década de 80, com todos os seus desdobramentos recessivos e superinflacionários. Já o câmbio baixo e juros altos pós-real explica a vulnerabilidade externa, a impulsão da

dívida interna, a ausência de crescimento e o aumento do desemprego no segundo quinquênio dos anos 90.

Por todos esses argumentos, a continuidade da obtenção de ganhos antiinflacionários em condições duradouras requer firme perseguição do ajuste fiscal, a partir das reformas tributária, administrativa e previdenciária, de forma a diminuir a dívida pública e os efeitos fiscais da restrição monetária, resgatar a capacidade de geração de poupança interna e melhorar a situação das contas externas do país.

Enquanto isso não acontece, mesmo com um ambiente econômico mais estável e com maior grau de previsibilidade, a expansão econômica permanece sendo um subproduto e não um objetivo da política econômica. Aliás, a não obtenção do saneamento definitivo das finanças públicas decorreu, em grande medida, da ausência de disposição (ou mesmo da resistência) política das diferentes instâncias de governo em encaminhar e implementar uma pauta de gradativa restauração da capacidade financeira do Estado.

“É importante reter que a gestão macroeconômica brasileira nos anos 90 assumiu abertamente a idéia e a prática de que os mecanismos de racionalidade dos mercados equacionariam as restrições, removeriam os obstáculos e orientariam as inversões do aparelho econômico. As autoridades negligenciaram o consenso de que essa tese é válida apenas para as economias que lideram o processo de inovação tecnológica e ostentam maior equilíbrio nas relações sociais e na distribuição de renda. São exatamente esses sistemas que a globalização beneficia” (ALVES, 2001, p. 115).

Por isso, estruturalmente, a efetivação do potencial de expansão da economia brasileira passa por uma arrancada daquelas reformas. O ajuste macroeconômico, determinado pelo controle permanente das pressões inflacionárias e das contas públicas precisa ser complementado por medidas que melhorem o desempenho microeconômico.

Essas providências devem abarcar tanto a busca de uma maior racionalidade do sistema tributário e da gestão fiscal quanto o estímulo à definição e implementação de estratégias empresariais nas áreas de pesquisa, design, tecnologia e marketing. É imperioso compreender que a propagação de inovações tecnológicas no aparelho produtivo, constatada nos últimos anos, aperfeiçoaram a capacidade produtiva e a eficiência da economia, o que deve ter reduzido a relação capital-produto.

“É preciso também abrir flancos para a preparação e implementação de programas que atuem mais incisivamente numa melhor distribuição de renda. Estudos do IPEA revelam que 1% da população brasileira concentra renda igual àquela apropriada pelos 50% mais pobres. Ainda segundo o IPEA, a proporção de pobres subiu de 33,4% da população em 1998 para 34,9% em 1999, passando de 51,3 para 54,1 milhões de pessoas cuja renda não cobre os dispêndios básicos com alimentação, vestuário, saúde e educação” (ALVES, 2001, p. 117).

A década de 90 foi palco da segunda geração de desnacionalização da economia brasileira, desfalcada da adoção de uma consistente e compensatória estratégia industrial interna e beneficiada pelo reduzido dinamismo econômico, pelo aumento do desemprego (conjuntural e estrutural) e pelo aprofundamento das distorções sociais.

O governo FHC explicitou, ainda que tardiamente no final do ano de 2000, o desejo de alteração dos rumos da política econômica por meio da execução de estratégias ativas de promoção do desenvolvimento. Nessa direção, recolocou na ordem do dia o seu Plano de Metas, composto por 35 projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional e concentrado nas áreas social (83% dos recursos de um total de R\$ 67,2 bilhões destinavam-se à educação e à saúde) e de infra-estrutura (15% dos haveres para transportes e recursos hídricos). É claro que, se consumado, o Plano, conhecido como Avança Brasil, poderia multiplicar os efeitos positivos da estabilização sobre a população mais pobre.

“Para começar a resgatar a enorme dívida social do país e recolocá-lo no curso do crescimento auto-sustentado, o governo deve privilegiar a restauração dos suportes financeiro, fiscal e cambial e a reconstrução do Estado como indutor do desenvolvimento numa perspectiva de longo prazo. É impossível ignorar que, por se encontrar há mais de vinte anos envolvido com as políticas de estabilização de curto-prazo, o Estado brasileiro abdicou de uma visão estratégica e estruturada de maior alcance temporal e, o que é pior, promoveu deliberadamente o desmanche das bases institucionais para a elaboração de políticas de desenvolvimento, inclusive as regionais” (BONELLI, 2001, p. 44).

O cumprimento desses requisitos à expansão passa pela implementação de políticas industriais e comerciais ativas, pela atuação articulada do estado e iniciativa privada, pelo restabelecimento de um padrão de financiamento de longo prazo, pela intensificação da criação de condições para a melhoria da competitividade sistêmica do aparelho produtivo e pela superação dos estrangulamentos na capacidade de investimento, principalmente dos bens intermediários e da área de infra-estrutura.

Segundo pesquisa realizada pela empresa de consultoria internacional *A.T. Kearney*, em fevereiro de 2001, o Brasil teria subido da quarta para a terceira posição na preferência dos investidores externos, atrás apenas de Estados Unidos e China, e superando Reino Unido e México. Conforme estimativas do *Council on Foreign Relations*, dos EUA, a economia brasileira (a 11.^a do mundo em riqueza) perderia somente para EUA, China, Japão e Alemanha em poder aquisitivo relativo do PIB (tabela 3).

TABELA 3 - PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) TOTAL E PER CAPITA -
PAÍSES SELECIONADOS - 2000

PAÍS	PRODUTO INTERNO BRUTO	
	Total em US\$ Bilhões	Per capita em US\$ mil
Estados Unidos	9.038	30.800
Japão	5.458	42.700
Alemanha	2.680	32.600
França	1.754	32.300
Inglaterra	1.293	21.700
Itália	1.205	20.900
China	1.115	900
Espanha	702	17.500
Canadá	695	22.500
Coréia	617	13.000
Brasil	594	3.600

FONTE: Banco Mundial, IBGE.

NOTA: Extraído de: **Folha de S. Paulo**, 31 mar. 2000. Caderno Dinheiro, p. 12.

Mas, ao considerar aquelas duas metas (estabilidade de preços e crescimento), os formuladores da política econômica revelam uma perigosa “*síndrome do pânico do crescimento*”, exagerando na avaliação dos estrangulamentos físicos e do potencial de inflação de demanda. Tal erro/receio ocasionou as sobrecargas de juros e de tributos impostas ao setor produtivo.

Esse quadro de propensão a constantes freadas no ritmo de atividade resulta na exacerbação das expectativas negativas dos agentes, desestimulando o desengavetamento dos projetos de investimentos privados. Nesse particular, o mestre Keynes sempre foi impiedoso ao preconizar que justamente a expectativa de crescimento incentiva as decisões de investimento, elemento mais relevante da demanda agregada.

“A propósito disso, uma taxa de investimento ao redor de 19% do PIB (a preços correntes), para uma taxa de poupança de 16% do PIB, no intervalo 1999-2001, ainda permanece distante dos 40% da China, dos 30% do Chile e da Ásia e dos 23% requeridos para a concretização de taxas de crescimento econômico superiores a 6% ao ano, necessárias para o começo do encaminhamento da solução dos principais problemas estruturais do país, sobretudo o desemprego e as desigualdades sociais” (BONELLI, 2001, p. 49).

Embora fechando os anos 90 com a inflação controlada e com a economia em processo de reativação, o país adentrou no terceiro milênio amargando a ampliação da distância absoluta entre o pico e a base da pirâmide social. Conforme o estudo “*Síntese dos Indicadores Sociais 2000*”, realizado pelo IBGE, houve substancial incremento do abismo monetário que separa os 10% mais ricos dos 40% mais pobres da população brasileira. Enquanto a renda média familiar dos primeiros subiu de 7,7 salários mínimos (SM) em 1992 para 11 SM em 1999, a dos segundos mudou de 0,4 para 0,5 SM.

É interessante observar que a reduzida disposição dos agentes econômicos para o incremento dos investimentos produtivos, sobretudo nas etapas mais nobres da cadeia de valor (pesquisa, desenvolvimento, design, marketing e gestão de marcas), explica grande parcela dos déficits comerciais e o aprofundamento dos rombos nas transações correntes do país.

3. IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

3.1 O trabalho em Tempo Parcial

A década de 80 é caracterizada por transformações na estrutura do emprego que vão em direção a uma situação mais heterogênea, com surgimento de empregos atípicos.

O trabalho em tempo parcial tem crescido em quase todos os países. Ainda que esta tendência tenha sido generalizada, pode-se verificar que em determinados países este tipo de trabalho praticamente duplicou entre os anos 1979 e 1990.

Assim como as taxas de desemprego, o trabalho em tempo parcial também pode ser relacionado com os ciclos econômicos. Em tempos de recessão, as taxas de trabalho em tempo parcial são acompanhadas de altos níveis de desemprego, em contrapartida, em períodos de recuperação econômica, as taxas tendem a diminuir.

Em momentos de crise econômica o trabalho em tempo parcial surge como uma alternativa ao desemprego. Para involuntários, esta situação é dada como provisória e precária, por isso, muitos que se encontram nesta situação ainda continuam procurando emprego em tempo integral, o que significa também uma forma de desemprego oculto.

“Um emprego em tempo parcial, limitado a algumas horas por semana pode não ser submetido a impostos ou às cotizações da seguridade social e somente oferecer pouco ou nenhuma seguridade de emprego. Isso representa uma forma extrema de flexibilização melhor para o empregador que para o assalariado” (OCDE, 1995, p. 211)

Segundo perspectivas de Mattos:

“(…) benefícios como férias remuneradas, licença por doença, programas de aposentadoria e também sistemas de seguro de saúde são normalmente usufruídos por uma parcela menor dos trabalhadores em tempo parcial do que de trabalhadores de tempo integral” (MATTOS, 2001, p.195).

3.2 O Emprego por Tempo Determinado

Outra forma atípica de emprego é o trabalho temporário ou por tempo determinado e é aí que se pode encontrar a forma mais explícita da condição precária do trabalhador, já que ele se encontra numa situação de constante insegurança.

Este tipo de trabalho tem aumentado rapidamente.

“O trabalho temporário compreende numerosas subcategorias, dentre as quais, os contratos de duração determinada, os empregos sazonais, empregos ocasionais e certos tipos de emprego no setor público” (MATTOS, 2001, p.198).

Em relação aos setores econômicos, o crescimento é visível no setor de serviços.

Por causa dessa situação temporária, estes trabalhadores são menos estáveis que os trabalhadores permanentes e, segundo estudo da OCDE, este tipo de contrato é cada vez mais seguido pelo desemprego.

“Enquanto para o trabalhador este tipo de emprego é sinônimo de insegurança e instabilidade, para o empregador, este tipo de trabalho possibilita vantagens. O empregador pode se utilizar do trabalho temporário como uma alternativa às novas contratações de tempo indeterminado, o que facilita a adaptação da empresa frente às flutuações das atividades econômicas sem necessidade de arcar com os custos de admissão e demissão” (MATTOS, 2001, p.198).

3.3 O Desemprego

Não é somente o emprego que tem sido marcado por uma heterogeneidade, em relação ao desemprego, esta característica também passou a ser uma marca registrada.

Além do crescimento das taxas de desemprego, a partir da década de 80 pode-se observar um maior peso do desemprego de longa duração (12 meses ou mais), assim como um número considerável de trabalhadores em desalento, sem falar daqueles que saem do mercado de trabalho para a inatividade.

“Em relação ao desemprego, quando se compara os anos de 1979 e 1989, pode-se observar que o crescimento do desemprego foi maior entre os jovens e mulheres, porém, quando estes números são comparados com as taxas de desemprego total, eles tendem a diminuir. Provavelmente, esta diminuição em relação ao total significa uma saída de uma parcela dos jovens e mulheres do mercado de trabalho que passaram a apresentar a forma de não-participantes da PEA (População Economicamente Ativa)” (BELLUZZO, 1996, p. 167).

Para se ter uma noção mais abrangente do desemprego, é preciso acompanhar o aumento das taxas de desalento, já que ela é acompanhada de períodos de maior desemprego.

“Os trabalhadores em desalento são aqueles que querem trabalhar, mas não procuram trabalho porque não acharam apropriado devido a conjuntura econômica ou por falta de perspectivas. Dessa forma, muitos desalentados aparecem nas estatísticas como fora da PEA, fazendo parte do desemprego oculto. Entre os anos de 1983 e 1993, presencia-se um crescimento de pessoas em desalento. Dentre estas, as que estavam 3 anos ou mais fora do mercado de trabalho perfaziam um total mais significativo que as que se encontravam em outros períodos, com destaque para as mulheres” (BELLUZZO, 1996, p. 169).

Esta heterogeneidade de situações vai muito além do que mostram as estatísticas de desemprego aberto, que não destacam a proporção de pessoas que são levadas para o emprego em tempo parcial involuntário, trabalho autônomo, desalento ou inatividade. As taxas de desemprego aberto ainda não são capazes de captar a gravidade do problema se analisadas isoladamente, por isso, para recuperar esta carência é preciso termos uma visão do conjunto do mercado de trabalho.

Somente se unindo a condição atual de emprego e desemprego que foi se constituindo ao longo das duas últimas décadas do século XX, se terá condições de avaliar a verdadeira dimensão do desemprego, assim como suas conseqüências para as condições do trabalho.

3.4 Flexibilização do Trabalho

Transformações na forma de utilização da força de trabalho vêm se intensificando nas últimas décadas no que diz respeito ao uso da locação, do tempo e remuneração do trabalho.

“Através de investimentos tecnológicos e organizacionais, as empresas buscam maior produtividade e qualidade dos seus produtos ou serviços

para competirem no mercado mundial, para isso, o trabalho passa a assumir uma nova postura, como a principal variável de ajuste. O mercado internacionalizado, num ambiente de baixo crescimento da economia mundial, faz com que as empresas utilizem estratégias de concorrência através da flexibilização do trabalho, além da eliminação de “gorduras” de pessoal através das demissões. Assim, sob o argumento de que a rigidez do trabalho levaria as empresas a dispensar mão-de-obra, a flexibilização seria um impedimento disso, “salvando a pele” do trabalhador” (DEDECCA, 1999, p. 215).

Primeiramente, a flexibilização da contratação do trabalho se dá através de 3 níveis: 1) formas atípicas de trabalho, 2) mudanças organizacionais e 3) terceirização.

A flexibilização da contratação do trabalho acontece por meio de formas atípicas de emprego, como por exemplo, o trabalho em tempo parcial e por tempo determinado, o que permite às empresas deixarem de arcar com determinados custos de trabalho. Já a flexibilização dos empregados permanentes e formais se dá através das mudanças organizacionais, tornando os trabalhadores cada vez mais polivalentes, com redução dos níveis hierárquicos, além da maior intensificação do trabalho. Por último, o processo de terceirização, que fornece serviços e produtos para grandes empresas sem ligação trabalhista alguma, muitas empresas estimulam trabalhadores muito qualificados a tornarem-se autônomos ou abrirem uma micro empresa prestadora de serviços ou produtos. Assim, a grande empresa, que antes arcava com todos os custos de cada empregado seu, agora compra apenas os serviços e produtos sem precisar se responsabilizar pelas contratações, assim como com os equipamentos, etc.

“Em segundo plano, tem-se a flexibilização do uso do tempo de trabalho, com a implementação do Banco de Horas. Seu mecanismo funciona quando o excesso de horas trabalhadas num dia ou período estipulado pode ser compensado com diminuição em outro momento, sem que a empresa tenha que pagar horas extras ou realizar novas contratações em períodos de maior atividade” (DEDECCA, 1999, p. 215).

Em relação à remuneração do trabalho assalariado, há uma constante queda dos salários. A queda dos salários é maior que a queda da produtividade em períodos selecionados. A flexibilização dos salários é bastante visível nos trabalhos atípicos, como o de tempo-parcial, tempo determinado ou temporário e nas empresas terceirizadas, geralmente com trabalhos precários, marcados por baixos salários.

Portanto, quando se fala em flexibilização do mercado de trabalho como uma necessidade e única resposta frente a concorrência internacional, num contexto de “*mercados abertos*”, deve-se analisar quais as formas existentes para a inserção das empresas e economias no mercado internacional. A flexibilização do mercado é alardeada como a única saída para a inserção e sobrevivência das nações e empresas neste mercado mundial. Em outras palavras, a escolha está entre o sacrifício de trabalhadores através do abandono de alguns “*privilégios*” e a exclusão de economias inteiras no mercado globalizado. Assim, a flexibilização do trabalho, através da diminuição de custos do trabalho (custos salariais e encargos sociais), é dada como a única alternativa para uma competição sadia.

Mas seria a flexibilização do trabalho a única forma de competitividade?

“Ainda há outras alternativas para enfrentar tal situação, de modo que a flexibilização do trabalho passa a ser entendida como uma forma de subordinar o trabalho e a economia nacional ao capital globalizado, servindo apenas como uma medida de curto prazo, sendo que existem outras formas menos submissas à dominância do capital internacional” (CANO, 1998, p. 82).

A forma de competitividade via redução de custos (do produto e do trabalho) é considerada como uma forma ultrapassada.

A flexibilização do trabalho através de corte de redução dos custos do trabalho é uma forma de competitividade ultrapassada pela competitividade sistêmica, composta da seguinte forma (CANO, 1998, p. 84):

- Natureza macroeconômica (câmbio, oferta de crédito e taxa de juros);
- Infra-estrutural (disponibilidade, qualidade e custos de energia, transportes, comunicações, etc);
- Político-institucional (política tributária e tarifária, etc.);
- Regulatória (defesa da concorrência e do consumidor, proteção ambiental);
- Social (educação, ensino profissionalizante, etc.);

- Relações de trabalho (organização de interesses de empregados e patrões, negociação coletiva, etc);

- Dimensão regional (distribuição espacial de produção);

- Dimensão internacional (fluxos de capitais, de investimentos, de tecnologia).

“O sucesso competitivo não é determinar custos ou preços e sim a conquista de melhores relações com os fornecedores, empregados e clientes, de melhor qualidade, menor lead-time, maior habilidade em servir a clientela, etc” (CANO, 1998, p. 87).

3.5 Situação dos Sindicatos na era da Mundialização

Tudo o que foi visto até aqui indica como o capital se desvencilhou dos controles colocados pela sociedade e criou um novo padrão de submissão do trabalho, num contexto de desregulamentação dos mercados financeiros, de bens (concorrência global) e de trabalho. O resultado é que tanto a capacidade de organização dos trabalhadores (por meio dos sindicatos) quanto a própria capacidade dos Estados nacionais de defender seus mercados de trabalho foram debilitados.

“Esta reprodução do capital produtivo e financeiro em nível mundial é uma artimanha eficaz. Enquanto o capital supera as barreiras territoriais, os sindicatos estão sob domínio nacional, o que significa uma atitude defensiva” (BAGLIONI, 1999, p. 59).

Atualmente, dois tipos de obstáculos para um enfrentamento por parte de Estados e sindicatos ao capital globalizado devem ser considerados. O primeiro é referente às mudanças da estrutura do mercado de trabalho quando comparada à homogeneidade do padrão anterior e ao pleno emprego. O segundo são as diferenças existentes entre sindicatos de cada país se pensarmos numa luta entre capital e trabalho internacional.

Hoje, o crescimento dos serviços (onde não há uma cultura de sindicalização), o aumento do desemprego, a proliferação de trabalhos atípicos, a terceirização e a flexibilização do trabalho formal, rompem com aquela homogeneidade conhecida. Em outras palavras, os sindicatos representam apenas uma parcela dos trabalhadores e não mais a totalidade.

Paralelamente a esta diminuição das taxas de sindicalização, há uma tendência de negociação coletiva no âmbito das empresas, em que os trabalhadores se vêem forçados a escolher entre flexibilização e seus empregos.

A existência dos sindicatos não é rejeitada pelos empregadores, o próprio cenário atual já dá conta de enfraquecer o poder de barganha dos trabalhadores e de diminuir as taxas de sindicalização. Os empregadores utilizam-se deste novo padrão de trabalho que continua crescendo e forçam uma contestação do padrão anterior, com o argumento de que o padrão flexível não combina com as velhas representações.

3.6 Tempo de Trabalho

Além de todas estas transformações, a tendência de redução do tempo de trabalho entrou em estagnação e, em alguns países tem sofrido até mesmo elevação.

Nas discussões a respeito do desemprego, a diminuição do tempo de trabalho tem sido considerada como uma das respostas mais importantes ao problema. Contudo, é preciso mencionar qual o significado da redução do tempo de trabalho na história da sociedade capitalista, ou seja, verificar se ela assume o mesmo papel tanto no passado quanto no presente. Em segundo lugar, a tendência histórica de redução do tempo de trabalho ainda acontece, em meio a tantas transformações do mundo do trabalho? Por último, a redução do tempo de trabalho é o caminho para impedir o crescimento do desemprego?

No passado, a redução do tempo de trabalho fazia parte de uma reivindicação para tornar o trabalho mais humano, fundamental para diminuir a exploração sobre o trabalhador que, nos primeiros períodos do capitalismo, tinha a sua força de trabalho utilizada até o limite físico suportável. Homens, mulheres e crianças eram usados como combustíveis da acumulação capitalista e o tempo para o trabalho ocupava a maior parte de suas vidas, com períodos de pausa apenas para a alimentação e para descanso mínimo. Nestas condições, os trabalhadores morriam cedo e não tinham tempo na vida reservado para lazer, cultura, formação, tempo com amigos, descanso, etc. Desse modo, a redução do tempo de trabalho era sinônimo de melhores condições de vida e diminuição da exploração excessiva do capital.

“A sociedade moderna chama-se ‘sociedade do trabalho’, porque a modernidade sujeitou toda a mão-de-obra à relação de assalariamento e alongou as horas de atividade até um limite máximo conhecida na história humana, 4.000 horas de trabalho por ano, limite físico além do qual não é possível ultrapassar sem o risco de matar as ‘galinhas dos ovos de ouro’, isto é, aqueles que trabalham” (DAL ROSSO, 1998, p.269).

Hoje, a discussão a respeito da redução do tempo de trabalho está, prioritariamente, ligada à questão da possibilidade de diminuição do desemprego: “*trabalhar menos para trabalhar todos*” (AZNAR, 1995). A sociedade do trabalho atual pode ser caracterizada como uma sociedade dual, ou seja, existe um enorme contingente de pessoas desempregadas, enquanto outras estão empregadas em trabalhos de tempo integral.

Diante do nível de produtividade alcançada, pode-se dizer que existe a possibilidade de redução do tempo de trabalho para que haja um tempo disponível para outras esferas da vida e, ao mesmo tempo, uma divisão do emprego entre as pessoas que se encontram hoje dentro desta sociedade dual.

No entanto, esta divisão do emprego não segue um único caminho, ela pode ser realizada de inúmeras formas, como por exemplo, através do aumento do tempo de estudo dos jovens (retardando sua entrada no mercado de trabalho), através da diminuição do tempo de trabalho semanal, anual e etc. Basta deixar claro que esta divisão é possível, porém, trata-se de uma escolha social, mas com grandes impactos internacionais, principalmente em relação a questão da competitividade intercapitalista.

Mas será que a redução do tempo de trabalho é suficiente para a geração de empregos? Em primeiro lugar, quando há uma diminuição do tempo de trabalho, de forma que para produzir a mesma quantidade é necessário empregar mais mão-de-obra como forma de compensação, a contratação nunca ocorre na mesma proporção da redução do tempo de trabalho. Imediatamente implementam-se medidas compensatórias, como mudanças organizacionais e novos investimentos tecnológicos, os quais retiram as porosidades existentes no processo de trabalho e anulam parte dos empregos que poderiam ser criados. As estratégias de flexibilização do trabalho, com a introdução do Banco de Horas, horas extras e o processo de terceirização são apenas alguns exemplos.

Diante dos mercados abertos, acirrada concorrência e baixo crescimento econômico, tais medidas, tanto no nível nacional quanto no nível das empresas, surgem como caminho “*natural*” para uma inserção no mercado mundial.

“A questão dos custos provenientes do aumento do emprego, mediante a redução da jornada, é o cerne da preocupação dos empregadores. O aumento dos custos leva à perda de competitividade e à exclusão da empresa no cenário mundial. O cenário inviabiliza qualquer política de redução da jornada, que não seja respaldada por um movimento unificado internacionalmente, uma vez que qualquer mudança na duração anual das atividades, em uma parte componente do mercado, suscitaria o efeito da concorrência das unidades opostas. As únicas empresas que estariam a salvo destes efeitos são efetivamente os monopólios internacionais. Como estes se sobrepõe ao sistema concorrencial, não são afetados por ele”. (DAL ROSSO, 1998, p. 275).

Sendo assim, mesmo com a diminuição do tempo de trabalho, o capital encontra formas para prescindir da mão-de-obra, ainda mais num cenário como o que se vive, em que a competição intercapitalista se dá num ambiente de baixo crescimento.

Todavia, uma redução do tempo de trabalho de setores que não concorrem com o mercado internacional, com certeza traz efeitos positivos para os índices de emprego (mesmo que não na mesma proporção da redução do tempo de trabalho) e para as condições de vida dos trabalhadores.

3.7 O Mercado de Trabalho e a Geração de Empregos na Última Década

No Brasil, após a mudança na Pesquisa Mensal de Emprego, a taxa de desemprego atinge, em dezembro de 2002, a 10,9% de desocupados, chegando a 2,2 milhões de trabalhadores, sendo que os maiores prejudicados são as mulheres e jovens em busca do primeiro emprego.

As mudanças, na década de 90, no mercado de trabalho, tiveram origem na reorientação do modelo brasileiro de desenvolvimento e a estabilização da moeda.

O modelo de desenvolvimento do Brasil passou, nesse período, de um estilo de industrialização protegida para uma economia aberta e competitiva.

A introdução da economia brasileira no processo de globalização alterou os fluxos de comércio e de capitais, sobre a base tecnológica, de gerência e de organização das empresas e sobre o mercado e as relações de trabalho.

O impacto das mudanças se refletiu fortemente nas indústrias de transformação que tiveram o número de trabalhadores reduzido.

Acredita-se que parte desse contingente migrou para os setores do comércio e prestação de serviços, devido a forte pressão competitiva do mercado. Pressão essa que é consequência das práticas de ajuste e do processo de terceirização de serviços promovidos pelas empresas brasileiras, e é justamente aí que se encontra a concentração da informalidade observada na população ocupada.

“O mercado de mão de obra vem crescendo com jovens preparados que se deparam com as dificuldades na diminuição da oferta de trabalho e passam à informalidade ou gerenciam pequenos negócios ou atividades isoladas com contribuição voluntária de Seguridade Social ou sem documento de trabalho” (DATHEIN, 2000, p. 64).

Esse comportamento contraria o padrão clássico de emprego gerado por um mercado de trabalho moderno e capitalista, isto é, a troca dos direitos garantidos pela informalidade com maiores ganhos.

A década de 80 foi marcada pelo declínio da geração de empregos na atividade industrial, que absorvia o maior número de trabalhadores não agrícolas até os anos 70.

Segundo dados do Ministério do Trabalho, no setor formal de mercado de trabalho, onde estão os trabalhadores protegidos por contratos de trabalho e pelos estatutos públicos, foram eliminados cerca de 2,4 milhões de empregos, entre janeiro de 1990 e dezembro de 19967.

A queda da qualidade do emprego é justificada por alguns analistas, pela informalidade, baseada em grupos de trabalho e não no indivíduo, com preocupação com a minuciosa racionalização dos processos de trabalho, inspirado no modelo taylorista.

Outra questão levantada como evidência da queda da qualidade de emprego é verificada pelo aumento da rotatividade da mão de obra. A constante substituição dos trabalhadores, que determina a redução do tempo médio de permanência no emprego, faz com que as empresas não invistam em treinamento de pessoal.

Os estudiosos afirmam que, além disso, as constantes pressões econômicas com aumento das obrigações sociais em economia de competitividade crescente, aliados a uma rígida legislação de trabalho, têm contribuído para o aumento da rotatividade de mão de obra.

A tecnologia ainda não conseguiu provocar grandes mudanças estruturais no comércio brasileiro, que ainda se utiliza do método tradicional de vendas, no balcão, em que o mesmo responde por 94,9% da receita no varejo.

O setor de serviços, entretanto, sofre processo de transformação devido a inserção de novas tecnologias e mesmo assim, vem absorvendo a mão de obra excluída do setor terciário, sem que consiga impedir o crescimento do desemprego.

Com tudo isso, dois questionamentos ficam a espera de respostas: Qual o tipo de emprego que os brasileiros estão encontrando no mercado de trabalho? Quantos não encontraram emprego?

3.8 Análise do Tema no Contexto do Censo 2000

Este tópico foi elaborado com base em dados fornecidos pelo IBGE (2001).

A história da estatística no Brasil se inicia em 1871, quando foi criada a Diretoria Geral de Estatística, primeiro órgão coordenador das estatísticas brasileiras, com o objetivo de promover a realização dos recenseamentos Demográficos.

Em 1872, durante o Império realizou a primeira contagem da população brasileira, mas somente em 1890, já sob a República, que os censos se tornaram decenais.

Em 29/05/1936 foram regulamentadas as atividades do INE – Instituto Nacional de Estatística que foi substituído pelo IBGE por ocasião de sua extinção.

Assim, com a missão de retratar o Brasil, o IBGE vem realizando pesquisas suplementares em periodicidade diferente dos censos decenais.

O censo 2000 revelou muitas surpresas e nos apresenta indícios de mudanças de paradigmas na sociedade brasileira e uma taxa de 15,04% ou 11.453.604 desocupados, e mais de 3,8 milhões de desempregados.

As estatísticas da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que a taxa de atividade, isto é, percentual de pessoas economicamente ativas na população de dez anos ou mais estavam participando do mercado de trabalho como empregado ou buscando emprego. O percentual da população masculina é de 69,4% e a população feminina de 44,1%.

A participação de crianças e adolescentes e permanência de pessoas com mais de sessenta anos no mercado de trabalho, se acentua na área rural.

O que diz respeito a população ocupada, por atividade, as de maior concentração de pessoas foram: agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e a pesca com 17,4%; no comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos, 17,3%; na indústria de transformação 14,1%.

Com relação ao rendimento mensal da população ocupada na faixa de até um salário mínimo, corresponde a 24,4% e com mais de 20 salários mínimos, apenas 2,6% e com até dois é um pouco mais que a metade da população ocupada, ou seja, 51,9%. Percebem-se, também as diferenças entre as regiões brasileiras, com relação aos salários das pessoas ocupadas.

Na região nordeste se encontra o maior percentual de pessoas ocupadas com até um salário mínimo e o menor índice com mais de 20 salários mínimos, ou seja, 1,4%.

A região sudeste ficou com o menor percentual de pessoas ocupadas com menos de um salário mínimo (15,9%). Na faixa de mais de 20 salários mínimos, os percentuais mais altos estão nas regiões centro - oeste (3,4%) e sudeste (3,3%).

Em relação a população idosa, o IBGE estima que em 20 anos, no Brasil, ultrapassará os 30 milhões, representando 13% da população. Em 2000 a população de 60 anos ou mais de idade é de 14.536.029 de pessoas contra as 10.722.705 existentes em 1991.

O rendimento médio do idoso responsável pelo domicílio no país cresceu 63% em 2000 em relação a 1991, passando de R\$ 403,00 para R\$ 657,00.

Os dados do censo 2000 apresentam também aspectos positivos de progresso social tais como: queda de 38% na taxa de mortalidade infantil, maior acesso da população ao ensino, ao saneamento básico e à saúde, entre o censo de 1991 e 2000. Entretanto, não houve melhoria na distribuição de renda, que permaneceu concentrada no mesmo período.

A má distribuição de renda não impediu a expansão do consumo de bens duráveis. O censo constatou aumento de 113,4% na instalação de linhas telefônicas ainda que estejam presentes em 40% dos domicílios; a iluminação elétrica, como serviço mais disseminado, está presente em quase a totalidade dos domicílios, ou seja, 93,0%; o automóvel obteve um crescimento de 41,6%, existente em 14,6 milhões de domicílios; o microcomputador, aparece no censo pela primeira vez e, já ocupa um expressivo índice, encontrado em 10,6% dos domicílios, ultrapassando o uso de ar-condicionado que está em torno de 7,5%.

Outro ponto importante de mudança é encontrado na inserção dos índios na sociedade após o movimento indígena. O índio anteriormente era considerado um ser excluído, e atualmente é visto lutando por seus direitos e que os mesmos lhes sejam respeitados.

CONCLUSÃO

A partir dos anos 80, tem-se a conformação de um mercado de trabalho totalmente diferente, com o surgimento de maiores índices de desemprego, baixos salários, trabalhos atípicos e flexibilização do trabalho. Estas transformações nos levam, inevitavelmente, a buscar uma análise mais cuidadosa das causas deste processo que vem se desenvolvendo desde as últimas décadas do século XX.

Inúmeros fatores desencadearam o quadro de desemprego e precarização das condições do trabalho. Entre eles, a diminuição do crescimento das economias, o incremento tecnológico, as mudanças organizacionais e o processo de terceirização das grandes empresas, o predomínio da reprodução do capital na esfera financeira, a abertura dos mercados e a ideologia neoliberal. Também deve ser considerado o ambiente internacional diferente e distante daquele da primeira metade do século XX (marcado pela ameaça comunista, as grandes guerras e desastres econômicos), assim como a maior mobilidade do capital (produtivo e financeiro) que hoje possui maior autonomia frente aos trabalhadores, sindicatos e Estados nacionais.

Cabe aqui destacar que estes fatores não podem ser analisados isoladamente para um entendimento do cenário que se formou para o mundo do trabalho. Pelo contrário, não temos condições de alcançar uma resposta consistente se nos apegarmos unicamente a um destes elementos, eles apenas são compreensíveis quando analisados em conjunto.

A crise do ciclo expansivo no capitalismo avançado com origem na década de 60, somado ao baixo crescimento econômico e acirrada concorrência intercapitalista a partir da década de 70, foram acontecimentos que levaram as grandes empresas a iniciarem um processo de intensos investimentos tecnológicos, desverticalizações, terceirizações e, principalmente na década de 80, inovações organizacionais, fatores que desfavorecem a criação de emprego. As aquisições, fusões e mudanças de localizações passaram a ser mais significativas que o aumento da capacidade produtiva. Ao mesmo tempo, o capital financeiro foi adquirindo maior liberdade através das brechas abertas pelo sistema. O crescimento do mercado de eurodólares desde a década de 60 e acontecimentos da década seguinte (instauração do padrão dólar em 1971, flutuação cambial em 1973 e elevação das taxas de

juros em 1979) resultaram na hegemonia do dólar e facilitaram especulações na esfera financeira, em detrimento dos investimentos produtivos.

Antes, o capital financeiro era controlado e atrelado às necessidades de investimentos produtivos, por isso, a acumulação do capital tinha como resposta a geração de empregos, somada ainda ao forte compromisso dos Estados nacionais com o pleno emprego, visto que o emprego público teve grande peso nas elevadas taxas de emprego e os investimentos econômicos e sociais governamentais dinamizavam a economia. No entanto, o capital financeiro passou a ter maior desempenho e mobilidade através do euromercado de dólares, da flutuação das taxas cambiais, da emissão dos títulos da dívida pública americana e dos demais países, da alta dos juros e da abertura dos mercados. O resultado foi a subordinação do capital produtivo ao capital financeiro, que possui total liberdade e alto rendimento. O capital financeiro adquire maior fôlego graças ao descontrole da sua movimentação e aproveita o espaço deixado pela crise econômica para se reproduzir sem passar pela esfera produtiva, o que significa uma reprodução do capital que prescinde de empregos.

Assim, através da crise, dissolvem-se as relações virtuosas estabelecidas no pós-guerra. O que se pode perceber é que em meio a crise o capital se refugia na esfera financeira, enquanto o capital produtivo caminha para uma reestruturação. A forma de reprodução do capital na esfera financeira atraiu também as grandes empresas. Os juros altos fizeram com que estas arriscassem menos em investimentos de longo prazo e passassem a ser atraídas por investimentos de curto prazo, mais rentáveis, mas que prescindem do processo produtivo para acumulação do capital. Esta “*promiscuidade*” entre capital produtivo e financeiro beneficia empresas individuais, mas prejudicam a economia como um todo. A consequência para o emprego e condições de trabalho passa a exercer um papel contrário ao estabelecido no pós-guerra.

A atuação dos sindicatos também é fragilizada neste processo. A elevação das taxas de desemprego, o surgimento de trabalhos atípicos que reduzem a formalidade do mercado de trabalho, assim como a mobilidade internacional do capital produtivo abalam o poder de barganha dos trabalhadores. Enquanto o capital (financeiro e produtivo) é unificado internacionalmente, os sindicatos ainda atuam dentro das fronteiras nacionais e possuem características distintas. Portanto, a possibilidade da atuação de um sindicalismo internacional ainda é inviável, dadas as diferenças existentes entre os sindicatos nacionais.

Mas, mesmo com diferenças das negociações coletivas entre os países industrializados, elas garantem um nível de proteção aos trabalhadores contra o livre arbítrio do capital. No entanto, a mobilidade das grandes empresas em âmbito mundial emerge como ameaças e como poder de barganha do capital para que as relações de trabalho sejam mais flexíveis.

Esta não congruência de Estados e sindicatos em nível internacional, para seguir os caminhos percorridos pelo próprio capital, fornece a este último maior liberdade para submeter as condições de trabalho e emprego a seu favor. Em outras palavras, o capital unificado internacionalmente se utiliza de chantagens a partir do momento em que os Estados competem entre si por investimentos. Num contexto de mercados abertos, os Estados e sindicatos vêem-se fragilizados diante de um capital internacionalizado que exige melhores condições para sua reprodução, ou seja, subordinação do trabalho às suas exigências e abusos.

Portanto, a chave para entender a questão do desemprego e precarização das condições do trabalho está totalmente atrelada a nova forma de reprodução do capital produtivo e principalmente financeiro. Este último, na época da era de ouro, serviu como estímulo ao crescimento econômico sob a forma de crédito que passava pela esfera produtiva e alimentava os investimentos e o consumo. Contudo, num momento do esgotamento do ciclo expansivo do pós-guerra, este capital financeiro (que já tinha atingido determinada proporção e dava de cara com uma desaceleração econômica), foi alimentado por acontecimentos que o libertou, submetendo o capital produtivo, emprego e condições de trabalho a seu favor.

A chave para a explicação da geração de empregos está no investimento produtivo do capital. Assim, o cenário atual, caracterizado pelo investimento financeiro do capital que não passa pela esfera produtiva, faz com que o desemprego apareça como uma consequência, já que a acumulação de capital se dá numa esfera abstrata e torna a força de trabalho prescindível.

A causa do desemprego e diminuição do crescimento das economias foi colocada sob responsabilidade do trabalhador. No entanto, se uma determinada interpretação entende que a solução para o desemprego é a extrema flexibilização, as implicações para o trabalho só podem ser uma submissão total ao capital, o que significa nos dias de hoje, a perda de uma segurança no mundo do trabalho conquistados ao longo de décadas. Por outro lado,

interpretações que vêem o atual desemprego e a precarização das condições de trabalho como um novo padrão de subordinação do trabalho, entendem que se tratam de forças opostas que entram em conflito por serem historicamente contraditórias e estes resultados podem ser considerados como “*naturais*” dentro da lógica do sistema.

No entanto, isto não significa que este cenário será mantido interminavelmente, afinal as forças sociais não permanecem estáticas ou inertes, elas estão em constante movimento fazendo a história, o que não é possível dizer como será.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCOFORADO, Fernando. **Globalização**. São Paulo: Nobel, 1997.

ALMEIDA, P. R. **O Mercosul no contexto regional e internacional**. São Paulo: Edições Aduaneiras, 1993.

ALVES, Maria Abadia da Silva. **Guerra fiscal e finanças federativas no Brasil**: o caso do setor automotivo. Campinas: Instituto de Economia, 2001.

ANDERSON, Perry. **As Origens da Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

AZNAR, G. **Trabalhar menos para trabalharem todos**. São Paulo: Scritta, 1995.

BAGLIONI, G. **O mundo do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1999.

BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. **A economia como ele é...** . São Paulo: Boitempo, 2000.

BELLUZZO, L. **Crise e Trabalho no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Scritta, 1996.

BENAYON, Adriano. **Globalização versus Desenvolvimento**. Brasília: Editora LGE, 1998.

BONELLI, Regis. **Políticas de competitividade industrial no Brasil – 1995/2000**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

CANO, W. **Economia e Trabalho**. Campinas, S.P: UNICAMP, 1998.

CANUTO, Otaviano. Abertura comercial, estrutura produtiva e crescimento econômico na América Latina. **Economia e Sociedade**. Campinas: UNICAMP/IE, n. 3, p. 44, dez.1994.

CARRION, Raul K. M.; VIZENTINI, Paulo G. **Globalização, neoliberalismo, privatizações**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

CASTRO, Antonio Barros de. Além da fabricação. **Folha de São Paulo**. 09 ago. 2000. Caderno Dinheiro. p. 12.

CORDEIRO, Wolney de Macêdo. **A Regulação das Relações de Trabalho Individuais e Coletivas no Âmbito do Mercosul**. São Paulo: LTR, 2000.

DAL ROSSO, S. **O debate sobre a redução da jornada de trabalho**. São Paulo: ABET, 1998.

DATHEIN, R. **O crescimento do desemprego nos países desenvolvidos e sua interpretação pela teoria econômica**. Campinas, S.P: IE.UNICAMP, 2000.

DE plano a planejamento. **Folha de S. Paulo**. 4 jul. 2000. Caderno Opinião, p. 42.

DEDECCA, C. **Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado**. Campinas: Unicamp. IE, 1999.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IBGE. **Censo 2000**. São Paulo: IBGE, 2001.

KENNEDY, Paul. **Preparando para o século XXI**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MATTOS, F. **Transformações nos mercados de trabalho**. Campinas, S.P: IE.UNICAMP, 2001.

OCDE, **Employment Outlook**. Paris: OCDE, july, 1995.

ORTIZ, Renato. **Globalização e Mundialização**. Cadernos de Sociologia Nº 01 IFCH – UNICAMP: 1996.

POCHMANN, Márcio. Educação e trabalho no Brasil. **Valor Econômico**. São Paulo: 30 out. 2000. Caderno Brasil.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (Org.). **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2000.

SILVA, José Graziano da. **A Modernização Dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1991.